

**JEQUITINHONHA** Porto Coris, um dos 42 grupos que serão reassentados pela Cemig, terá de mudar maneira de lidar com a terra

# Usina desaloja comunidade quilombola

THIAGO GUIMARÃES

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LEME DO PRADO (MG)

O reassentamento da comunidade quilombola de Porto Coris, no Vale do Jequitinhonha (MG), imposto com a construção da usina hidrelétrica de Irapé, deve alterar uma das principais características distintivas do grupo — o uso e a relação com a terra.

Com 200 hectares registrados em 2000, Porto Coris é a primeira comunidade em Minas Gerais a receber o título de remanescente de quilombo, hoje concedido exclusivamente pela FCP (Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura).

Ao todo, são 29 comunidades tituladas no país, avaliadas por critérios como história comum e usufruto coletivo da terra, parentescos e casamentos internos, localização e provas documentais.

Porto Coris fica à margem do rio Jequitinhonha, na zona rural de Leme do Prado (a 550 km de Belo Horizonte). Está na área de 137 km<sup>2</sup> que será submersa pelo reservatório da usina de 360 MW e de R\$ 740 milhões, cujo enchimento — que levará de oito meses a dois anos — está previsto para começar em novembro de 2004.

Além de escola, cemitério, igreja e um telefone, Porto Coris tem 86 moradores, todos parentes do ex-escravo Germano Alves Coelho, cuja existência é atestada em documento de 1888. Ninguém de fora jamais adquiriu terras na comunidade. Com exceção de uma família, não há registros de direitos individuais.

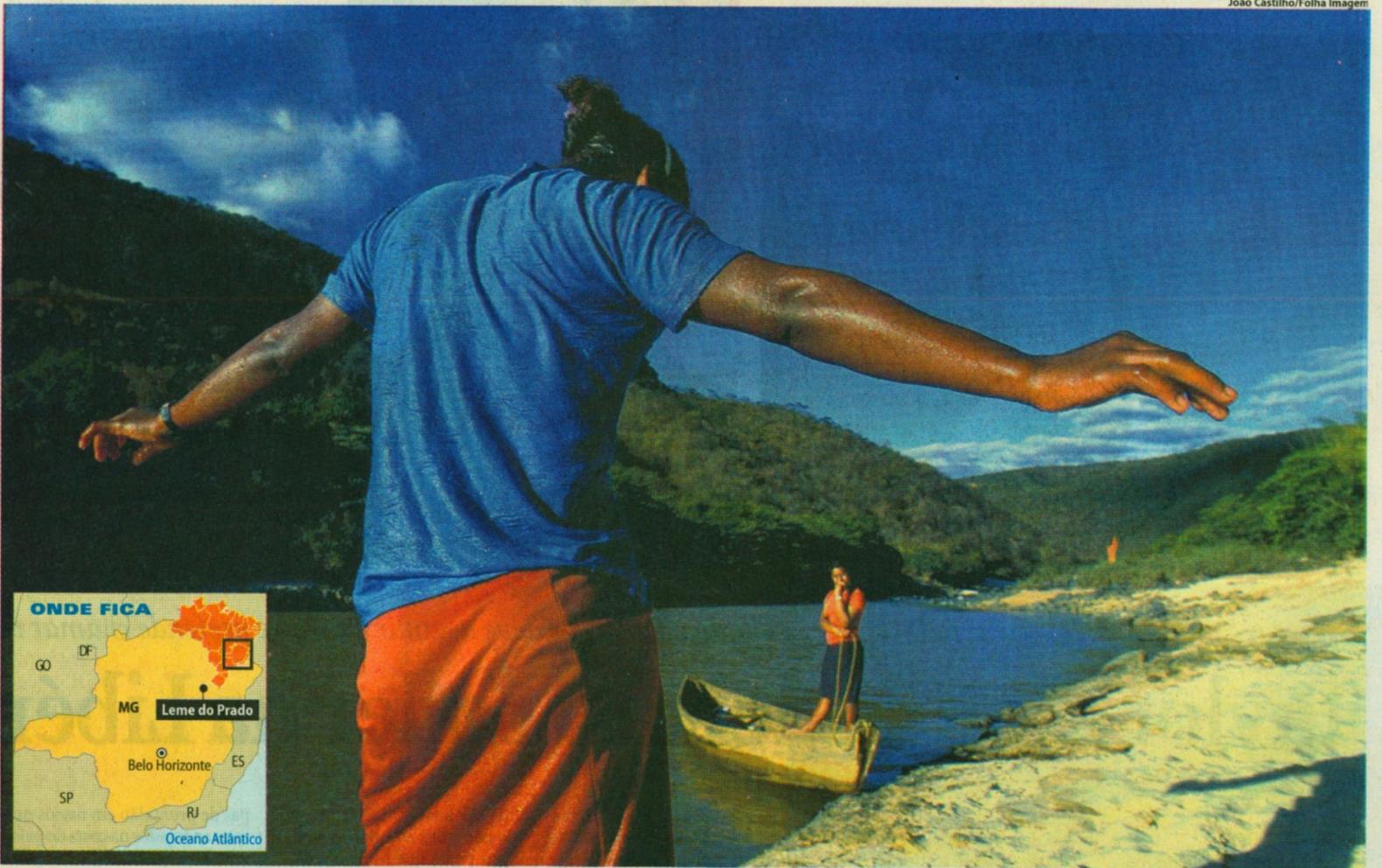
Ali, planta-se amendoim, milho, feijão, mandioca e cana, com ajuda da fertilidade natural das áreas de grota, como são chamados os vales. Grandes áreas ficam para finalidades coletivas, com utilidades marcadas pelo consenso — como produção de madeira ou descanso de terras. Quase não há homens jovens na vila — migrações sazonais para colheita de cana e café no interior de São Paulo são típicas na região.

## Identidade

A existência de quilombolas na área diretamente atingida pela usina tornou-se pública apenas durante o processo de licenciamento ambiental da obra, e a própria reivindicação de reconhecimento da comunidade situa-se no contexto da mobilização da população atingida pela hidrelétrica.

A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) chegou a contestar judicialmente a condição de quilombola de Porto Coris, mas retirou a ação após assinatura, em julho de 2002, de termo de ajustamento de conduta com o MPF (Ministério Público Federal), no qual se compromete com melhoria do ambiente e reconstrução de direitos dos atingidos.

Ao todo, 1.128 famílias — cerca de 3.500 pessoas — de 42 comunidades em sete municípios serão reassentadas pela Cemig, que venceu a licitação para exploração da usina por 35 anos. Devido à escassez de terras semelhantes às originais, famílias serão transferidas para ambientes diferentes.



João Castilho/Folha Imagem



Mulher integrante da comunidade quilombola de Porto Coris, em Minas Gerais, que abriga 86 moradores, todos parentes do ex-escravo Germano Alves Coelho

É o caso de Porto Coris, cujo destino deve ser a fazenda Mandassaia, área de 2.200 hectares escolhida pelos moradores entre três opções oferecidas. A área é típica representante das terras de chapada — planas, com poucas fontes de água e cultivadas intensivamente. “Lá vai ter de ter adubo, calcário, trator. Vamos ter de nos acostumar, fazer o quê?”, diz Maria de Lourdes Borges de Souza, 38, líder da comunidade, prima de Germano Coelho.

Segundo Afrânio Nardy, assessor de Meio Ambiente do MPF, a “crítica maior” da Procuradoria está na mudança das famílias para “outro universo de produção agrícola”. Para a antropóloga Flávia Galizoni, autora de estudos sobre Porto Coris, a comunidade corre risco de desagregação. “O impacto será irreparável.”

Porto Coris espera pelo resultado de análises que revelarão quanto há de água na Mandassaia. Já não podem plantar mandioca e cana — não colherão a tempo. Além do título coletivo, os moradores pleiteiam registros individuais de posse, possibilidade descartada extra-oficialmente pelo departamento jurídico da FCP.

A líder diz pensar na possibilidade de dispersão de moradores, após fracasso na lavoura. Resume melhor o sentimento dos Coris o mais velho do grupo, neto de Germano Coelho, Pedro de Souza Coelho, 83, respondendo com outra pergunta ao ser questionado sobre a mudança. “Largar onde a gente nasceu e se criou e ir para um deserto, saindo de um lugar de onde nunca sai?”



*Nenhuma [entre 42 comunidades diretamente atingidas] tem projeto de reassentamento elaborado e discutido*

*De cada dez funcionários [contratados para a construção da usina], sete são de fora [da região]*

**RICHARLES CAETANO DIAS** advogado e integrante da ONG Campo Vale (Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)

*Vamos ter de buscar formas de viabilizar que unidades familiares consigam utilizar 40 hectares, quando estão acostumadas a usar um ou dois [hectares]*

**GUILHERME COMITTI** coordenador do projeto da usina hidrelétrica de Irapé

## OUTRO LADO

# Companhia diz que assentamento privilegiará agricultura familiar

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Segundo Guilherme Comitti, da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), todo o termo acordado com o Ministério Público Federal para compensação de impactos socioambientais decorrentes da implantação da usina de Irapé “gira em torno da manutenção da agricultura familiar”.

Fazendas adquiridas pela empresa para reassentamento de atingidos são voltadas especialmente para esse fim, de acordo com Comitti, que é o coordenador do projeto da hidrelétrica.

No que diz respeito à área comprada para Porto Coris, afirma que a terra “tem potencial”, mas

assinala a necessidade de adaptação. “Vamos ter de buscar formas de viabilizar que unidades familiares consigam utilizar 40 hectares, quando estão acostumadas a usar um ou dois [hectares].”

Segundo Comitti, ainda não saiu do papel convênio de suporte técnico para elaboração de projetos de reassentamento e assistência técnica aos atingidos, firmado com a Emater (órgão estadual de extensão rural) e previsto no termo de ajustamento de conduta, assinado por Cemig, Procuradoria da República em Minas Gerais, Feam (órgão ambiental estadual), FCP (Fundação Cultural Palmares), Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé e associação

quilombola de Porto Coris.

Comitti diz acreditar que todas as 42 comunidades estarão assentadas até o início do enchimento do reservatório da usina, em novembro de 2004. “Se não conseguirmos terminar, a barragem não enche.” Já foram adquiridas terras para quatro grupos.

Sobre críticas de que a obra não estaria gerando empregos prometidos aos moradores locais, afirma que 50% dos cerca de 2.000 funcionários da hidrelétrica foram contratados na região.

Segundo ele, durante a fase inicial da construção, com muitas escavações subterrâneas, foi necessária utilização de mão-de-obra especializada. (TG)

# ONG teme ‘atropelo’ em transferência

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LEME DO PRADO (MG)

Para a ONG Campo Vale (Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha), o ritmo de reassentamento, pela Cemig, das comunidades que serão deslocadas com a construção da usina de Irapé não acompanha o andamento da obra.

“Nenhuma [entre 42 comunidades diretamente atingidas] tem

projeto de reassentamento elaborado e discutido”, diz o advogado e integrante da ONG, Richarles Caetano Dias. Para ele, faltando menos de um ano e meio para o começo do enchimento do reservatório, “o processo [de transferência] vai virar um atropelo”.

Segundo Dias, a construção da hidrelétrica foi acelerada sem que representantes dos atingidos fossem ouvidos. A Cemig alega que o

início da construção estava previsto para 2001, e que é preciso cumprir meta da Agência Nacional de Energia Elétrica que tem fevereiro de 2006 como prazo final de conclusão dos trabalhos.

Sobre a utilização de mão-de-obra de municípios direta e indiretamente atingidos pela barragem, Caetano Dias diz que, “de cada dez funcionários, sete são de fora [da região]”. (TG)